UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS

Thiago da Silva Argentin

Economia Brasileira de 1930 a 1973:
A Construção do Milagre Econômico no Brasil

Limeira
2015

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS

Thiago da Silva Argentin

Economia Brasileira de 1930 a 1973
A Construção do Milagre Econômico no Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do titulo de bacharel em Gestão de Políticas Públicas à Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas.

Orientador: Prof. Dr. Marcos José Babieri Ferreira

Limeira
2015

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Ciências Aplicadas
Renata Eleuterio da Silva - CRB 8/9281

Ar37e

Argentin, Thiago da Silva, 1987-
Economia brasileira de 1968 a 1973 : a construção do Milagre Econômico no Brasil / Thiago da Silva Argentin. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Marcos José Barbieri Ferreira.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas.

1. Economia - Brasil. 2. Crescimento econômico - Brasil. 3. Economia - Aspectos políticos - História. I. Ferreira, Marcos José Barbieri,1968-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Aplicadas. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Palavras-chave em inglês:
Economy - Brazil
Economic growth - Brazil
Economia - Aspectos políticos - História
Titulação: Bacharel em Gestão de Políticas Públicas
Banca examinadora:
Luciana Bernardes Vasquez
Data de entrega do trabalho definitivo: 11-12-2015

Autor: Thiago da Silva Argentin

Título: Economia brasileira de 1930 a 1973: a construção do Milagre Econômico no Brasil

Natureza: Trabalho de Conclusão de Curso em Gestão de Políticas Públicas

Instituição: Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas

Aprovado em: 11/12/2015

BANCA EXAMINADORA

ARGENTIN, Thiago S. Economia Brasileira de 1930 a 1973: A Construção do Milagre Econômico no Brasil. 2015. 43. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão de Políticas Públicas) – Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas, Limeira, 2015.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso é entre outros aspectos um estudo sobre a história econômica brasileira dos anos que competem de 1930 a 1973, período que compreende o processo de industrialização do Brasil, cujo auge é conhecido como “O Milagre Econômico” dado as elevadíssimas taxas de crescimento da economia brasileira.

O período do Milagre Econômico foi sabidamente uma das épocas de maior crescimento econômico no Brasil, mas isso não significa também dizer que o desenvolvimento econômico alcançou aos mesmos índices. Suas origens remontam ao governo de Getúlio Vargas e ao Plano de Metas do presidente JK, seguidos do PAEG durante a Ditadura Militar.

Conduziremos nossos estudos por meio de uma linha temporal que, para melhor compreensão dos fatos, iniciará com o término da década de 1920 e o inicio dos anos 1930 e culminará exatamente no período estudado, entre os anos de 1968 e 1974, durante o regime militar, que governou o Brasil por duas décadas.

Palavras-Chave: 1. Economia Brasileira 2. Milagre Econômico 3. Era Vargas 4. Plano de Metas 5. PAEG

ARGENTIN, Thiago S. Brazilian Economy 1930-1973: Building the Economic Miracle in Brazil. 2015. 43. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão de Políticas Públicas) – Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas, Limeira, 2015.

ABSTRACT

This course conclusion work is inter alia a study of the Brazilian economic history of years competing from 1968 to 1973, a period that includes within political, the height of the military regime that ruled the country for two decades. In the economic sphere, this period is widely known as the "Economic Miracle" given the very high growth rates of the Brazilian economy.

The period of the Economic Miracle was known to be one of the periods of greatest economic growth in Brazil, but that does not also say that economic development reached the same levels. Its origins date back to the Getulio Vargas government and the president of Target Plan JK allies to PAEG during the military dictatorship.

We will conduct studies through a timeline that, for better understanding of the facts, start with the end of the 1920s and the beginning of 1930 and will culminate exactly in the period studied, between 1968 and 1974, during the military regime

Keywords: 1. Brazilian economy 2. Economic Miracle 3. The Vargas 4. Plan Goals 5. PAEG

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – Evolução Inflacionaria no Brasil de 1945 a 2013..... 32

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – % da Inflação de 1958 a 1973 32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	Ato Institucional
BACE N	Banco Central
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CEPAL	Comissão Economia para América Latina
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNM	Conselho Nacional Monetário
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
FGV-CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas
ICM	Imposto sobre Comercio de Mercadorias
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IGP-DI	Índice Geral de Preços
IR	Imposto de Renda
JK	Juscelino Kubitscheck
PAEG	Plano de Ação Estratégica do Governo
PIB	Produto Interno Bruto
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito

Sumário

Introdução **10**
Capitulo 1 – Das condições previas e preliminares **13**
1.1 A Era Vargas e suas contribuições – As Bases **13**
O Panorama da Era G.V. um breve resumo. **18**
1.2. Juscelino, 50 em cinco, anos 50 – A Estrutura. **19**
Entre Fases, de Getúlio à Vargas. **19**
A industrialização continuada. **21**
O Governo J.K. – "Duas Letras" – Uma Síntese **26**
Entre Fases, Jânio e Jango. **27**
1.3. Ditadura, 1964 – PAEG – O Acabamento Institucional. **29**
De Fato O Conjunto Institucional – O PAEG **29**
Os Resultados do PAEG: **33**
Capitulo 2 - O Milagre Econômico **34**
O milagre **35**
A "Magia" do Milagre, uma questão de boa-fé **41**
Capitulo 3 - Conclusões **43**
Bibliografia **45**

Introdução

Este trabalho de conclusão de curso tem por seu objeto um estudo sobre a história econômica brasileira dos anos que competem de 1930 a 1973, período que compreende o processo de industrialização do Brasil, com destaque para o período amplamente conhecido como “Milagre Econômico”, considerado o ápice desse processo.

O termo milagre econômico surge ainda durante o período da ditadura militar. Embora o nome “milagre” sugira algo que independe as vontades do homem, ou ainda aquilo que ocorre de maneira inexplicável, o objeto de estudo deste trabalho, o Milagre Econômico, é perfeita e logicamente explicado, ora pelos acontecimentos que o antecederam, ora pelos acontecimentos concomitantes a este, sejam estes últimos no âmbito nacional ou por meio das dinâmicas geopolíticas e econômicas.

Antes mesmo de iniciarmos as discussões sobre o que foi ou como aconteceu o objeto de estudo, há algumas questões conceituais que devemos pontuar de maneira introdutória a este trabalho.

Não são de interesse primordial questões filosóficas que por hora poderão surgir dentro dos contextos explanados, todavia, não podemos deixa-las totalmente aquém dos estudos uma vez que, por meio delas, por vezes, os pensamentos tornam-se efetivas ações que, de certa maneira, mudam os próprios conceitos.

O período do Milagre Econômico foi sabidamente uma das épocas de maior crescimento econômico no Brasil, mas isso não significa também dizer que o desenvolvimento econômico alcançou aos mesmos índices.

Conceitualmente, crescimento e desenvolvimento econômico estão contidos nas análises do crescimento total do país, porém com características diferentes, enquanto um olha apenas para a economia de maneira monetária e quantitativa o outro tem em seu foco indicadores sociais, subjetivos de certa maneira, que classificam as questões qualitativamente. Para Vasconcelos (2011, p. 403)

> Crescimento e desenvolvimento econômico são dois conceitos diferentes. Crescimento econômico é o crescimento continuo da renda per capta ao longo do tempo. O desenvolvimento econômico é um conceito mais qualitativo incluindo as alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da econômica, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, nutrição, educação, e moradia).

Como dito anteriormente não discutiremos aqui as mais diversas diferenças entre desenvolvimento e crescimento, partiremos do pressuposto de que, no período estudado, houve de fato um crescimento econômico (todavia não se pode deixar de dizer que, embora ocorrido, o crescimento não dora suficiente para suprir todas as carências do Estado brasileiro em toda a sua complexidade) dado por diferentes motivos, sendo nestes últimos o principal foco.

Temos como precursores do Milagre Econômico brasileiro dois fatores marcantes na historia nacional, são eles: Plano de Metas e o PAEG dado à instauração da Ditadura Militar, que consolidou a industrialização do plano do presidente Juscelino. De maneira geral objetivaram aqui traçar um panorama sobre o tema de modo a abranger seus antecedentes, as razões que o fizeram.

Por que estudar O Milagre Econômico?

Talvez a resposta para esta pergunta não esteja estruturada exatamente em um único aspecto, dentre todos os motivos pelos quais poderíamos nos pautar talvez aqui o mais importante, porém como dito não único, seja o fato de que, por incontáveis vezes, tantas que hoje se acredita constituir uma regra geral, o passado explica o presente e por ele é possível compreender ou provisionar vários acontecimentos futuros.

O estudo do período entre os anos das décadas de 1930 e 1970 é de extrema e grandiosa riqueza para as análises, tanto historiográficas quanto econômicas.

É valido deixar claro aqui que, embora este trabalho trate de um assunto em sua maior parte econômico, a análise dos contextos político nacional e internacional será considerada dado que ambos os pontos são, ao mesmo tempo, causa e consequência, um do outro.

Para darmos sequência, uma vez que o conhecimento adquirido por meio dos estudos não pode ser considerado finito, o estudo do Milagre Econômico pode fazer emergir questões que permeiam o amadurecimento econômico do Brasil em face de sua relativa jovialidade enquanto nação ao comparar-se com países europeus e asiáticos ou ainda apontar como a política de Delfim Netto fora plantada e como germinou.

Capitulo 1 – Das condições previas e preliminares

Muitos acontecimentos no âmbito econômico e político são essenciais e marcantes na historia do Brasil desde o período colonial e não serão desprezados, entretanto partiremos de pontos específicos para que com isso tenhamos mais dinamismo.

Conduziremos nossos estudos por meio de uma linha temporal que, para melhor compreensão dos fatos, iniciará com o término da década de 1920 e o inicio dos anos 1930 e culminará exatamente no período estudado, entre os anos de 1968 e 1974, durante o regime militar.

1.1 A Era Vargas e suas contribuições – As Bases

A grande quebra da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929 refletiu economicamente no Brasil, isso se deu, pois até então se tinha um modelo monocultor, especificamente do café, agroexportador focado basicamente no mercado norte americano. Este fato dava ao Brasil a alcunha de país agrário, pouco evoluído e, praticamente, sem indústrias.

A crise afetara o mercado internacional em duas principais linhas, a primeira sobre a oferta, esta, dado a excedente produção, criou grandiosos estoques de produtos agrícolas ou manufaturas em todo o mundo. Por outro lado a quase extinção dos meios de pagamentos geraram um efeito “queda livre” na procura por bens e serviços de todas as naturezas.

No ano seguinte, a crise mundial instaurada, assume através de um movimento revolucionário o governo do país, em 1930, Getúlio Vargas. Seu mandato não só traria esperança e uma resposta ao panorama econômico mundial, como também se caracterizou pela ruptura do pacto com a oligarquia cafeeira de São Paulo, que controlou a política econômica durante toda “República do Café com Leite”. A nova política econômica defendia os interesses da agricultura, mas traziam consigo novos horizontes, a industrialização do país.

Entre os anos de 1930 e 1937 o governo brasileiro, em uma ariscada porem inteligente manobra, compra a produção excedente de café para que com isso seu preço não diminuísse abruptamente. Tal prática, conhecida como política anticíclica, em defesa da renda nacional, tinha como principal objetivo a injeção de dinheiro na economia a fim de promover o mercado interno. É valido aqui lembrar que as politicas de manutenção do preço do café não eram novidade neste tempo[1].

De acordo com Celso Furtado, 2005, p.198 os mecanismos de defesa da economia do café foram arruinados, dado sua vulnerabilidade diante a crise mundial, de maneira que.

> A produção de café, em razão dos estímulos artificiais recebidos, cresceu fortemente na segunda metade desse decênio. Entre 1925 e 1929 tal crescimento foi de quase cem por cento, o que revela a enorme, quantidade de arbustos plantados no período imediatamente anterior. Enquanto aumenta dessa forma a produção, mantêm-se praticamente estabilizadas as exportações.

Não vamos aqui nos aprofundar em termos econômicos e numéricos de como o a politica descrita no paragrafo anterior contribuiu efetivamente para manutenção da renda das famílias no país. Trataremos apenas que esta de fato levou a economia nacional a não deixar-se destruir totalmente a reboque dos acontecimentos internacionais.

O conjunto de medidas tomadas pelo governo do Brasil que de alguma forma pode dizer-se protecionista, fizeram com que o país fosse um dos primeiros a “superar” a crise e por volta de 1933 já estávamos praticamente reestabelecidos, não de maneira factual, mas o dinamismo mercadológico recomeça a caminhar mais firmemente, retomando os números alcançados em 1929.

Desta maneira a indústria insipiente começa a se desenvolver, ora para suprir as demandas da população, ora para substituir os produtos importados que, também por conta da crise de 1929, não chegavam com a mesma frequência de antes.

Para Caio Prado Junior (1945, p. 205):

[1] De acordo com Gabriel Almeida Antunes Rossini, 2015: Desde 1906 os representantes dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro já haviam firmado um acordo, titulado de Convenio de Taubaté, em que por ele, o governo federal comprava todo o excedente da produção de café garantindo assim a manutenção do preço do produto.

> Em consequência, as importações declinaram fortemente. A importação média anual no quinquênio 1926-30 foram de 5.460.000 de toneladas, no quinquênio 1931-1935 cai para 3.830.000. o consumo do país sofria assim grande desfalque, o que naturalmente estimulara a produção interna

Podemos pontuar que os anos que sucederam a crise foram de grande importância à pequena indústria nacional. Sua produção aumentou significativamente após o período dado não só pela falta de produtos importados no mercado, mas também por seus preços, motivados pela política cambial, terem chego a elevados números. É importante porém, aqui esclarecer que, não houve neste momento crescimento do parque industrial nacional, uma vez que para isso era necessário a importação de máquinas e equipamentos, o que era duplamente vetado pela crise.

Este aumento da produção e consequentemente o aumento dos seus lucros fizeram com que a indústria acumulasse capital suficiente para que mais tarde prosseguisse com sua expansão, mudando assim o dinamismo econômico do Brasil. de acordo com Celso Furtado, 2005, p. 208:

> É bem verdade que o setor ligado ao mercado interno não podia aumentar sua capacidade, particularmente no campo industrial, sem importar equipamentos, e que estes se tinham feito mais caros com a depreciação do valor externo da moeda. Entretanto, o fator mais importante na primeira fase da expansão da produção deve ter sido o aproveitamento mais intenso da capacidade já instalada no país. Bastaria citar como exemplo a indústria têxtil, cuja produção aumentou substancialmente nos anos que se seguiram à crise sem que sua capacidade produtiva tenha sido expandida.

Os anos que se seguiram, mais precisamente de 1934 a 1937 foram de constantes mudanças, também e principalmente no contexto politico nacional. Uma nova constituição fora promulgada pelo governo federal, esta por sua vez já contemplava os novos horizontes da dinâmica econômica, trazia imputados alguns dos direitos trabalhistas primários os quais mais tarde seriam agrupados e aprimorados na Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT.

É de se esperar que todo e qualquer governo não agrade a todos e com o governo Vargas não fora diferente. A grande massa operária que existia no país na época viu seus ideários de novos rumos políticos e a ruptura com as velhas oligarquias cafeeiras não se consolidarem conforme o esperado e as sombras de outras ideologias político-econômicas começam a pairar mais incisivamente por aqui.

A necessidade de uma maior centralização política para levar a frente o processo de industrialização, juntamente as pressões da oligarquia cafeeira paulista, somado a crescente adesão aos movimentos socialistas e integralistas, fizeram com que o governo Vargas aliado ao alto escalão do Exército Brasileiro instituir o “Estado Novo” por meio de um golpe de estado.

Exatamente ao mesmo tempo à implantação do “Estado Novo” fora imposta uma nova constituição, esta, diferente da outra trazia textos mais autoritários, extinguia os partidos políticos bem como centralizava o poder no governo federal, à moda da Carta da Polônia. Por outro lado, neste mesmo período há um grande avanço nas leis de amparo ao trabalhador, com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

O “Estado Novo” e a nova constituição não eram as únicas novidades apresentadas no dia dez de novembro de 1937, junto aos fatos o então presidente decreta moratória em relação à divida do Estado.

Entre os anos de 1934 e 1937 a pequena melhora, ou dizendo de outra forma, a diminuição na diferença de valores, ou spread na situação cambial frente ao dólar evidenciou ainda mais que a flutuabilidade cambial era um dos determinantes fatores para o desempenho da indústria nacional à época, de maneira que, ao ter-se a moeda nacional desvalorizada as importações tornavam-se menos procuradas, pois o preço do produto importado em alta afastava os consumidores os quais se voltam para os de origem nacional. É evidente que os padrões de qualidade não podem ser colocados a prova, mas partimos do princípio que mesmo os produtos nacionais serem de qualidade inferior, o valor era compensatório e atraia consumidores.

A partir de 1939 com o deflagrar da segunda guerra mundial e a volta da situação de desvalorização da moeda nacional em 1938 a indústria nacional volta a se aquecer e a partir de então novos rumos são traçados a ela. Mais uma vez o Brasil foi privado de um determinado número de mercadorias importadas, tendo o mercado nacional que recorrer à produção nacional (Prado Jr, C. 1945, p. 303)

O Brasil, apesar de ter em suas políticas e leis fortes influências dos governos totalitários europeus, conforme evidenciamos anteriormente, as discussões e acordos econômicos eram majoritariamente realizados entre o país e as potências liberais capitalistas em especial os Estados Unidos da

América em troca principalmente da cooperação nos planos de defesa continental traçados por Washington. Esses acordos financiaram ainda mais os processos de desenvolvimento econômico, por eles fora construída a primeira Siderúrgica Nacional, no Rio de Janeiro, a Companhia Siderúrgica Nacional, a CSN, em 1941 na cidade de Volta Redonda.

A dinâmica econômica passou a ser regulada pelo Estado deste momento em diante, isso se dava por intermédio da criação de grandes empresas pertencentes à indústria de base e a de bens de capital, a exemplo disso temos a própria CSN, citada a cima, a Companhia Vale do Rio Doce, a Fábrica Nacional de Motores, a Eletrobrás e outras. Estes faziam parte de um grande projeto de Nação idealizado por Getúlio Vargas que atendiam as necessidades do desenvolvimento, mas além disso, eram essenciais a soberania nacional e à defesa do território.

Para Pedro Paulo Zahluth Bastos, 2006, p. 244, em seu artigo: A Construção do Nacional-Desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a Dinâmica de Interação entre Estado e Mercado nos Setores de Base:

> No caso dos ramos básicos, a intervenção desenvolvimentista dos governos de Vargas recorreu a diferentes políticas, que não recusavam a priori investimentos de empresas estrangeiras. Ainda assim, em todos os ramos a intervenção caminhou, pragmaticamente, da tentativa de criação/regulação do mercado em direção à criação de empresas estatais, consideradas imprescindíveis para superar estrangulamentos estruturais ao desenvolvimento no final do processo.

Com a entrada do Brasil definitivamente na Segunda Guerra Mundial em defesa aos Estados liberais democráticos em 1942, escancarou o antagonismo entre o sistema de governo interno e os ideais que defendíamos na disputa beligerante. Por conta disso, as pressões internas passaram ser ainda maiores contra a ditadura Varguista.

É fato que havia muitos que ainda queriam Getúlio no poder e não podemos aqui nos esquecer de seus feitos, principalmente no que tange as conquistas trabalhistas, a este movimento fora dado o nome “Queremismo”, mas não se tornou fortemente sustentável para que fizessem valer suas vontades frente aos movimentos, que após 1943, tornaram-se ainda mais expressivos e dentre outros motivos queriam o fim das censuras e outros instrumentos e órgãos de repressão mantidos pelo “*Estado Novo”*.

O próprio então presidente ditador convocou eleições para o cargo maior do executivo em 1945, chegando até a apoiar um candidato à ela, mas apesar isso, em 29 de outubro deste mesmo ano, por intermédio dos mesmos Generais do Exercito que o ajudaram impor seu regime, fora deposto. Tínhamos aqui o fim do "*Estado Novo*".

O fim do regime ditatorial de Getúlio não finda sua carreira com político tampouco como presidente da república. Vargas volta a governar a nação alguns anos mais tarde, dessa vez eleito democraticamente pelo povo, todavia este período não será objeto de grandes relevâncias às nossas análises neste trabalho e partiremos para os próximos acontecimentos econômicos que nos levará ao objeto de estudo.

O Panorama da Era Getúlio Vargas um breve resumo.

Pudemos observar que o governo Getúlio Vargas iniciou seus trabalhos diante de um país extremamente rural cuja a linha de frente estava a monocultura agro exportadora do café, e nele se faziam as bases do sistema econômico nacional.

Getúlio assume o poder em 1930 com a nação submersa na grande depressão de 1929 dado que por ter seu mercado voltado a exportação, esta não trazia os mesmos níveis de renda que outrora, há neste momento grande acúmulo nos estoque de café, que para garantir seu preço no mercado bem como o giro econômico é comprado pelo governo, injetando assim dinheiro na economia.

A indústria nacional começa a se desenvolver em função da substituição das importações de produtos de consumo que, também por conta da crise de 1929, não chegavam ao país. É valido relembrar que este desenvolvimento inicial fora sutil, em outras palavras, não houve a incorporação de setores avançados, nem mesmo o aumento das plantas produtivas na indústria, o que existiu de fato foi o uso "total" da então capacidade ociosa das fábricas existentes, dado que também, o grande spread cambial, não permitia compra de novas máquinas e equipamentos que seriam necessários para esta expansão.

A partir desse início do desenvolvimento na indústria (inicialmente restrito às indústrias pesadas) foi possível o acúmulo de capital por ela para que posteriormente fosse expandida. Por sua vez este foi potencializado com o decorrer dos anos de 1939 a 1945 com a Segunda Guerra Mundial em que novamente os produtos importados tornaram-se raros no país ora pela produção internacional estar em baixa e intensamente voltada à indústria bélica, ora pelo alto baixo valor da moeda nacional que dificultava economicamente as importações. Além disso, os acordos econômicos feitos no período também possibilitaram maiores investimentos, estes na indústria de base e de bens de capital.

Em suma, finalmente saímos do status de país totalmente agrário e demos os primeiros passos rumo à industrialização, desenvolveu ou iniciamos o desenvolvimento das indústrias de base, começando assim um novo ciclo, o industrial.

1.2. Juscelino, 50 em cinco, anos 50 – A Estrutura.

Entre Fases, de Getúlio à Vargas.

Desde a deposição de Getúlio Vargas em 1945 e a posse de Juscelino Kubitschek passaram-se aproximadamente 11 anos de acontecimentos de maior relevância a situação política em detrimento à econômica.

Após o governo Vargas assume como presidente da república o Marechal do Exercito, Eurico Gaspar Dutra. Seu governo fora conservador e repressor quanto às manifestações trabalhistas e movimentos sindicais. Diferentemente das linhas seguidas pela administração anterior, Dutra promoveu a abertura do mercado nacional aos produtos importados com intuito de combater a inflação interna; ainda agindo contrariamente ao seu antecessor, diminuiu abruptamente os investimentos na industrialização.

O conjunto de medidas tomadas pelo então governante se mostrou ruim do ponto de vista econômico e, caso não fossem combatidas, levariam o país à bancarrota. Visto isso, uma série de ações foi tomada para que a situação fosse contornada, tais como intervenções maciças nas importações de

produtos manufaturados. As medidas surtiram efeitos e, dado o término de seu mandato, o país alcançou índices médios de crescimento de 6% ao ano.

Após o governo Dutra, democraticamente eleito, volta à cadeira maior do executivo Getúlio Vargas. O país, por sua vez, tornara-se outro, novas ideias, novas formas de expressão e liberdade para elas e não mais havia espaços aos entraves ditatoriais que outrora o mesmo Presidente impusera. As políticas mudaram e o Estado se tornou mais aberto às discussões, todavia as politicas econômicas e desenvolvimentistas foram mantidas, visando fundamentalmente à industrialização do país.

Novos projetos foram implantados, dando continuidade ao iniciado desde a implantação da CSN, são eles; a criação do *Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE*, como instituição de financiamento de recursos industriais e de infraestrutura. Como principal feito do período a criação, por intermédio do Congresso Nacional com a aprovação da lei, da Petrobras, sob forte campanha e pressão a seu favor, *"O Petróleo é nosso"*, tornando-se a empresa estatal detentora do monopólio.

A segunda metade de seu governo, diferente da sua popularidade inicial, dos quase 50% de votos recebidos, foi tomada por uma grande insatisfação política, principalmente da elite, que a partir de então começa a questionar seu projeto desenvolvimentista; todavia podemos aqui dizer que, embora houve pontos ruins em seu governo, as pressões não davam-se por conta dos fracassos por este cometido, mas sim pelo avanços promovidos durante o período; fundamentalmente, essa pressão das elites levou a derrocada do governo.

As movimentações para deposição ou afastamento do presidente, tornam-se ainda mais contundente, e dada sua eminencia fora sufocada, desta vez não pelos exércitos e por seu grande arsenal, mas por uma única arma, um único tiro, findando seu mandato, sua vida política Getúlio Vargas, suicida-se em agosto de 1954.

Assume a partir de então seu vice, que termina o mandato e após as eleições de 1955 entrega a faixa presidencial ao senhor Juscelino Kubitschek de Oliveira.

A industrialização continuada.

Inicia-se aqui a conclusão, finalização do primeiro pilar do nosso objeto de estudos e conforme colocamos anteriormente, o governo Getúlio, somado ao governo J.K. forneceram estruturas produtivas que deram origem ao surgimento do período de crescimento chamado de "*Milagre Econômico*"

Deixamos por hora de lado, todos os acontecimentos e feitos que fizeram do ex-prefeito e ex-governador mineiro, natural de Diamantina ter ganho as graças do povo brasileiro bem como dos que influenciavam a política da época, não pela insignificância dos fatos tão pouco por suas correlações, colaborações e coparticipações nos planos e modelos econômicos seguidos pelo então presidente, mas sim por objetivarmos, especificamente, os acontecimentos econômicos que culminaram no *"Milagre Econômico"*.

Como principal marca política, histórica e econômica, Juscelino idealizou, construiu e implementou o chamado Plano de Metas, visando fundamentalmente concluir o processo de industrialização do país. Este plano foi a expansão em larga escala de outro que criara ainda como governador do estado de Minas Gerais, o Plano de Industrialização do Estado, sob os pilares energia e transporte "Como chefe do executivo mineiro, ele desenvolvera um plano de industrialização do estado, consubstanciado no binômio Energia e Transporte, com razoável eficiência..."(Maranhão, 1981 p. 16)

Assim como seu plano gênese, o Plano de Metas estava totalmente enviesado ao prisma desenvolvimentista e visava o progresso a todo e qualquer custo. É valido aqui não esquecermos que a viabilidade e posterior êxito dessas ações do governo foram possíveis graças, não só, mas também, às iniciativas tomadas pelo setor público e privado desde 1930 e ao novo dinamismo que estas proporcionaram ao país, porém com uma sobre salva, o atual plano iria regular e acertar o crescimento até então sem um norte especifico (Maranhão, 1981 p. 16).

Composto por trinta metas que se dividiam entre, energia, transportes, alimentação, indústria de base e educação, somando-se ainda a meta trigésima primeira, esta, feito maior e grande propaganda governo, a ousada

construção da nova capital nacional, no planalto central, Brasília. O audacioso plano do governo foi o estopim para os rumos industriais consolidados no país.

Importante é ressalvar que, mesmo tendo a grande quantidade de metas a se atingir e o curto espaço de cinco anos para cumpri-las, o governo as fez integralmente dentro dos limites legais estabelecidos na época, respeitando rigorosamente as instituições democráticas.

Outro aspecto de relevância para apresentação do plano fora, conforme aponta Suely Braga da Silva (2015) em seu artigo publicado pela pagina eletrônica da FGV-CPDOC, é o alinhamento do plano com as propostas da CEPAL, de maneira que:

> O último grande esforço de diagnóstico dos entraves ao crescimento econômico brasileiro fora feito pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos entre 1951 e 1953, ainda no governo Vargas. Os estudos da Comissão Mista, assim como os do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e os da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), indicavam a necessidade de eliminar os "pontos de estrangulamento" da economia brasileira. Tratava-se de setores críticos que não permitiam um adequado funcionamento da economia. A premissa do Plano de Metas, esboçado pouco antes da posse de JK por uma equipe do BNDE, era, assim, a superação desses obstáculos estruturais.

Com o desenrolar do governo JK o plano fora se consolidado e suas metas implementadas. Economicamente, o país vivia uma nova experiência de crescimento, e se o plano de metas fora de fato o nascer de novos tempos sua certidão de nascimento é dada pela Instituição 113 baixada pela antecessora do Banco Central, a Superintendência da Moeda e Do Credito, a SUMOC. Esta, por meio da autoridade competida na época deixou as importações e outros tipos de captação de recursos no exterior ao sabor das vontades dos empresários, em outras palavras “permitia investimentos estrangeiros diretos sem cobertura cambial” (Maranhão, 1981 p. 54).

Sob outra ótica, internacionalmente, o mundo estava vivenciando o auge da chamada Guerra Fria, que o dividiu em duas parcelas, socialista e capitalista. Após a Segunda Guerra mundial, a Europa estava não só física, mas também economicamente arrasada o que levou a uma maciça invasão, no território, de capital estadunidense por meio de suas empresas transnacionais, fato este que levou a reação da burguesia europeia ganhar novos mercados; sem “folego” para investir no mercado norte americano e por conta de

incentivos concedidos pelo governo do período às empresas europeias vieram para o Brasil.

Por outro lado, a industrialização tornou-se realidade por aqui, pois dada a conjuntura e panorama político internacional as grandes potencias deixaram de se interessar de certa maneira para com os países latino americanos, estes por sua vez aproveitando-se do momento "desenvolveram-se" (W. Cano, 2015).

E ainda, segundo Caio Prado Junior, 1945:

> O efeito no Brasil dessa conjunção de fatores, internos e externos, será de estimular fortemente as inversões estrangeiras não somente em empreendimentos novos, mas sobretudo em associação com empreendimentos nacionais já existentes. Será alias essa associação o caminho adotado por muitos industriais brasileiros, e entre os maiores e principais...

Desta maneira o Brasil abriu de vez as portas ao capital internacional, inserindo-se no dinâmico capitalista global. Registram-se na época a abertura das principais montadoras automotivas no país, tais como Volkswagen, Mercedes-Benz, Willis, Ford, entre inúmeras outras. Não era por menos que, ao final do mandato Juscelino pode-se contabilizar um crescimento industrial entre 80 e 100 por cento dos números anteriormente aferidos.

"O Plano de Metas acelerou o crescimento da economia principalmente do setor industrial, cuja produção cresceu em 80%" (Divalte, 2002 p. 380) e ainda, para Suely Braga da Silva (2015) "O crescimento das indústrias de base, fundamentais ao processo de industrialização, foi de praticamente 100% no quinquênio 1956-1961".

As premissas do governo com sua política era desenvolver todo o país, porém, por questões que não caberá a este trabalho discutir a maciça industrialização ficou exclusiva, ou praticamente restrito as regiões Sudeste e, em partes, Centro Oeste dada à construção da nova capital nacional. Por consequência houve no período grande emigração principalmente quanto às regiões Norte de Nordeste. Conseguinte a estes movimentos antropológicos agravam-se os problemas, conflitos e tensões sociais nas referidas áreas uma vez que não houve um estudo e planejamento para estes casos, não houve,

em outras palavras uma urbanização planejada. Por outro lado ainda o campo, com as modernizações, começa a expulsar seus até então trabalhadores, estes motivados pelo aparente crescimento das cidades muda de local (Êxodo Rural) agravando ainda mais os problemas de urbanização e mercado de trabalho. Entretanto esta é uma questão que infelizmente não será abordada com a primazia e o detalhamento merecido.

Para acrescentar a ideia anterior temos que, ao sobre cair involuntariamente o foco das industrializações nas regiões centrais, o campo teve seus problemas agravados e suas diferenças sócio econômicas ainda mais acentuadas, de maneira que, conforme Maranhão (1981, p. 55):

> Promovendo um intenso crescimento industrial, não procura solucionar as agudas contradições do desenvolvimento, particularmente as do campo, cuja miséria e atraso acabam por permitir a drenagem de mão-de-obra barata para os centros urbanos em processo de industrialização.

Chegado o ano de 1961 e a proximidade do término do governo de Juscelino, podemos observar o Brasil, guardada as disposições contrárias, totalmente industrializado, os processos de acumulação capitalista agora passa ser determinado, em última estância, por fatores endógenos a nossa economia. O tempo que dantes era regido ao compasso dos ruídos da tração animal nas estradas de chão, agora dançava à frenética corrida dos automóveis nas rodovias. Por outro lado, todo o apogeu da nova capital nacional não fora mais narrado pelas ultrapassadas ondas de rádio, mas sim, visto e contemplado pelos olhares esperançosos de toda a nação por meio dos aparelhos de televisão.

Todavia não podemos deixar de notar que todas as inovações e construções tiveram consequências negativas e esta começou a ser cobrado ainda ao final do governo Kubitscheck, anterior a 1961. As dificuldades de concessão de credito ao governo por órgãos internacionais, dado o seu plano econômico, aliado ao déficit na balança comercial; fizeram o governo recorrer (erroneamente) a emissão de papel moeda criando assim um substancial aumento da inflação.

Apesar de outros, o maior problema econômico enfrentado ao final do período JK é além da aceleração inflacionária, a reversão do ciclo econômico nos anos posteriores ao seu mandato. Isso se deu em virtude do próprio sucesso do Plano de Metas. Esse ciclo econômico é denominado como Ciclo Kaleckiano[2], nele, ao chegar ao auge dos investimentos públicos há inevitavelmente uma redução dos mesmos, puxando para baixo consigo a economia total do país.

É inegável a popularidade e prestígio de Juscelino, que ao final de seu mandato saiu visto como grande empreendedor e modernizador do Estado e economia Nacional, segundo Carlos Eduardo Sarmento (FGV – CPDOC, 2015)

> (...), no entanto, que viria a cobrar seus ônus nos anos seguintes. JK legou ao seu sucessor uma economia que crescia à média de 8,2% ao ano, mas que passara a conviver com taxas de inflação anuais da ordem de 23% e com um progressivo descontrole das contas externas.

[2] Michal Kalecki foi economista, natural da Polônia, teve como principal trabalho o estudo dos ciclos econômicos, principalmente no Instituto de Pesquisas de Conjuntura Econômica e Preços de Varsóvia. (site: www.wikipédia.org, 2015)

O Governo J.K. – "Duas Letras" – Uma Síntese

Juscelino assume o governo nacional em meio a uma crise política e, dado o suicídio de Getúlio Vargas e embora o processo de industrialização houvesse dado seus primeiros passos, muito ainda havia de ser feito.

O café e a agricultura de modo geral ainda detinham as rédeas da economia e puxavam consigo a pequena indústria incipiente e havia poucos incentivos à modernização.

As empresas transnacionais foram, literalmente, convidadas por Juscelino a colaborar com seu plano principal de governo, ousado, mas que traria (ou aprimoraria) o sonhado progresso e a industrialização do país.

O Plano de Metas fora cumprido inegável, porém discutivelmente. De fato a indústria que outrora começara a ser implantada fora concluída (ainda com alguns pontos a serem acertados), entretanto o plano não atingiu todo o território nacional conforme era inicialmente previsto, de maneira factível fora apenas às regiões Sul, Centro Oeste e particularmente a Sudeste que vivenciaram o grande apogeu das fábricas e suas máquinas, em especial as duas últimas com a construção da nova Capital Nacional e grande expansão dos bens de consumo duráveis, tendo como protagonista o automóvel, respectivamente.

Apesar de sua admirável popularidade, Juscelino, por meio de suas políticas, fez com que as diferenças entre o campo e cidade, entre regiões Norte, Nordeste e as do Sul e Sudeste agravassem ainda mais suas diferenças. A legião advinda dessas regiões menos submetidas ao plano para as mais próspera, de maneira não planejada fizeram as tensões sociais aumentarem exponencialmente, com isso resultando-se em sérios problemas estruturais, urbanísticos e sociais. Conflitos e tensões estas que tornam-se questões de estudo até os dias atuais.

Entre Fases, Jânio e Jango.

Podemos considerar os governos de Jânio Quadros e João Goulart como uma fase transitória, porém isto não a faz menos importante historicamente que os acontecimentos aqui já narrados, todavia não nos aprofundaremos nos estudos e debates sobre ela.

Após o término do mandato de JK na presidência, assume o executivo o também eleito de maneira direta e democraticamente presidente Jânio Quadros. Com histórico político pois, fora anteriormente governador do estado de São Paulo e prefeito da capital paulista, “carismático, Jânio despertava grande entusiasmo na multidão. Nas urnas, confirmou o favoritismo, sendo eleito com 48% dos votos.” (Divalte, 2002 p.381).

Como promessa de campanha e desafio de governo, o novo representante do país tinha duas frentes merecedoras de olhares mais atentos a serem trabalhadas, o controle e combate à inflação e a já dispendiosa dívida pública. Por um lado, suas politicas econômicas incidiram diretamente no controle inflacionário por meio de uma reforma nas transações cambiais, políticas de crédito mais rigorosas e diminuição de subsídios e agradaram o FMI que concedeu ainda mais crédito para o Brasil. Sob outro prisma tais políticas levou o país a uma recessão econômica e, consequentemente, o desagrado popular.

Convencido que sua popularidade não havia sido abalada pela instalada crise politico econômica, Quadros pede renúncia de seu governo, com o intuito de permanecer no poder por meio de manifestações populares pedindo apoio ao próprio congresso. Jânio superestimou seu prestígio e após sete meses de mandato, por meio de uma carta renuncia, deixa o poder.

Após a renúncia do Jânio, seu vice, João Goulart (Jango) assume a presidência da república. A crise já estava instalada e enraizada. Sua postura era interpretada como esquerdista e populista pela elite politica nacional, esse olhar tinha consigo o receio de um possível alinhamento ao governo soviético e comunista chinês, ao qual sabidamente o então presidente empossado era simpatizante.

Definitivamente sua posse não fora uma das mais tranquilas na historia presidencialista do Brasil, dado o exposto no parágrafo anterior, para que de fato tomasse e permanecesse no poder contou com algumas parcerias, dentre elas do governador do Rio Grande do Sul (e seu cunhado) Leonel Brizola, que usou de sua influência para cativar o aceite popular.

Para que pudesse de fato assumir fora então, pelo Congresso, instaurado o sistema Parlamentarista, o qual o presidente indicava porem com grandes restrições, as ações dos ministros. É valido pontuar que o sistema proposto pelo Congresso, dois anos mais tarde, 1963, fora, por meio de um plebiscito, negado pela população, voltando com isso o presidencialismo. Em setembro de 1961 assume então Jango.

Assim que assumira o poder Jango procurou fazer políticas que conduzissem o país à sua maneira, para tal foram implementadas as chamadas Reformas de Base, um conjunto de reformas que englobavam: a reforma agrária, a reforma tributária, administrativa, bancária e educacional.

Economicamente, tentou, sem atingir os almejados resultados, colocar o Plano Trienal, o qual previa a criação de novos empregos e a diminuição da inflação fazendo assim extinguir-se a crise econômica existente no período.

Seus vieses populistas eram como dito, grandes, tanto que após manifestações grevistas concedeu o direito ao 13º salário aos trabalhadores, mantido até os dias atuais. Essa, dentre outras ações de mesmo cunho, mal interpretadas, geraram para com as elites certo desconforto e corroboraram para a “má fama” do atual presidente.

Com o apoio de membros das elites, classe A e B e sob a flâmula nacionalista, os militares tomam o poder. Fica instaurada a Ditadura Militar no Brasil, regime que permanecera por mais de duas décadas e onde está contido nosso objeto de estudo.

1.3. Ditadura, 1964 – PAEG – O Acabamento Institucional.

De Fato O Conjunto Institucional – O PAEG.

Em primeiro de abril de 1964, por meio de um Golpe Civil-Militar, instaura-se a Ditadura Militar no país. O Regime foi legalmente legitimado por meio de Atos Institucionais (A.I.) além de fazer-se valer pelo uso da força. Como outrora dito, não é principal objetivo deste trabalho os debates inerentes às políticas e seus desdobramentos, salvo, contudo, as questões que refletem direta ou indiretamente a economia.

Tínhamos então o seguinte panorama econômico do momento: Havia passado o Brasil por dois importantes instantes, que já descrevemos anteriormente, temos então uma estrutura produtiva, ou ainda uma economia com o parque industrial instalado em bases sólidas e excelente (guardadas as devidas proporções) capacidade produtiva, porém sem o amparo institucional do governo quanto aos impostos e órgãos reguladores.

Como um dos primeiros e, podemos dizer principais, atos do novo regime do governo foi instituído e implementado o chamado PAEG, Plano de Ação Estratégica do Governo. Esse plano, dentre os demais objetivos tinha como principais pontos conter o desequilíbrio de preços também causados pelo descompasso inflacionário apresentado fruto de políticas econômicas anteriores, nos primeiros anos do regime militar e ademais acelerar o desenvolvimento econômico bem como corrigir o déficit na balança de pagamentos e, de maneira secundária e menos expressiva, também reduzir os desníveis sociais. Em outras palavras, ele fundamentalmente visava realizar uma ampla reforma institucional.

O PAEG contou com uma série de ações institucionais, para alcançar seus objetivos das quais temos como exemplo a criação do Banco Central (BACEN) e do Conselho Nacional Monetário (CNM), além de uma ampla, e importante reforma tributária que impôs maior rigor na cobrança dos impostos de renda e instituiu impostos sobre o valor agregado dos produtos tais como o Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) e o Imposto sobre Mercadorias

(ICM), que mais tarde se transformaria no ICMS, acrescido também ao comércio de Serviços.

Basicamente, as ações promovidas sustentaram-se no tripé Fiscal, Financeiro e Comércio e visava conter cinco grandes falhas institucionais, a saber, para Simonsen e Campos (1974, p.119):

1. A fixação da moeda estável na legislação econômica;
2. A desordem tributária;
3. A propensão ao déficit orçamentário;
4. As lacunas do sistema financeiro;
5. Os focos de atrito criados pela legislação trabalhista.

No âmbito fiscal, durante o período foi realizada uma ampla reforma com o objetivo de, além de diminuir consideravelmente o déficit fiscal, elevar a arrecadação do governo, o que propiciou mais tarde o acúmulo de capital por este, ou seja, o aumento da poupança do governo que por sua vez financiaria o maior crescimento econômico, bem como esta medida tinha como caráter secundário a redução e controle da inflação.

Além disso, pode-se dizer que "a reforma fiscal e financeira de 1966 melhora as condições de financiamento e gastos públicos correntes e investimentos tradicionais..." (Tavares e Beluzzo, 1982, p. 127) e em outras palavras, para Fernando A. Veloso; André Villela; Fabio Giambiagi.

> ... foram criados mecanismos de reajuste (de acordo com a inflação passada) dos impostos pagos em atraso, o que contribuiu para a elevação da arrecadação real do governo. Como resultado dessas medidas, ocorreu uma significativa elevação da carga tributária da economia brasileira, que passou de 16% do PIB em 1963 para 21% em 1967 (ver Hermann (2005)). Em função da redução dos gastos e da elevação da carga tributária, o déficit fiscal federal foi reduzido de 4,2% do PIB em 1963 para 1,1% do PIB em 1966 (ver Simonsen e Campos, 1974).

No setor financeiro, coube uma profunda mudança, ou melhor dizendo, uma evolução. Não existia na época, no país, mercado de capitais, até mesmo o controle monetário era deficitário, sendo este feito por meio da SUMOC, Banco do Brasil e pelo próprio Tesouro Nacional e com as mudanças, a responsabilidade passou a ser do então recém criado o Banco Central em 1964. Para Simonsen e Campos, 1994 (*in* Fernando A. Veloso; André Villela; Fabio Giambiagi)

> (...) ocorreu um grande aprimoramento institucional da condução da política monetária e do financiamento dos déficits públicos. Enquanto

> em 1963 apenas 14% do déficit federal era financiado por títulos governamentais, em 1966 essa parcela elevou-se para 86%.

É criado, além disso, o Sistema Financeiro Habitacional, cujos recursos eram prospectados diretamente do Fundo de Garantia dos trabalhadores, o FGTS. Sumariamente, o funcionamento era da seguinte forma: os recursos eram procedentes tanto dos trabalhadores quanto dos empregadores (colocados em uma Poupança compulsória) administrados pela Caixa Econômica Federal, esta por sua vez disponibilizava o dinheiro na forma de empréstimos para compra da casa própria e ainda como financiamento para construtoras poderem realizar seus empreendimentos imobiliários com o intuito de facilitar com isso também o acesso às moradias para a população.

Além deste, entre outros, o crédito para o consumidor direto foi incentivado por meio de instituições privadas e por meio da criação de bancos de investimento.

Segundo Tavares e Beluzzo (1982), após o crescente consumo dos itens duráveis e dos gastos públicos, se reativa os demais setores da indústria de transformação posterior a 1967, passando a liderar o crescimento geral do PIB.

Das alterações propostas e implantadas destaca-se a abertura ao comércio exterior e incentivo às exportações através de isenção de impostos, como o I.P.I., I.R. sobre o produto exportado e I.C.M., além de devolver os impostos sobre importação de matérias-prima utilizada na produção de itens destinados a exportação (operação de *Drowback)*.

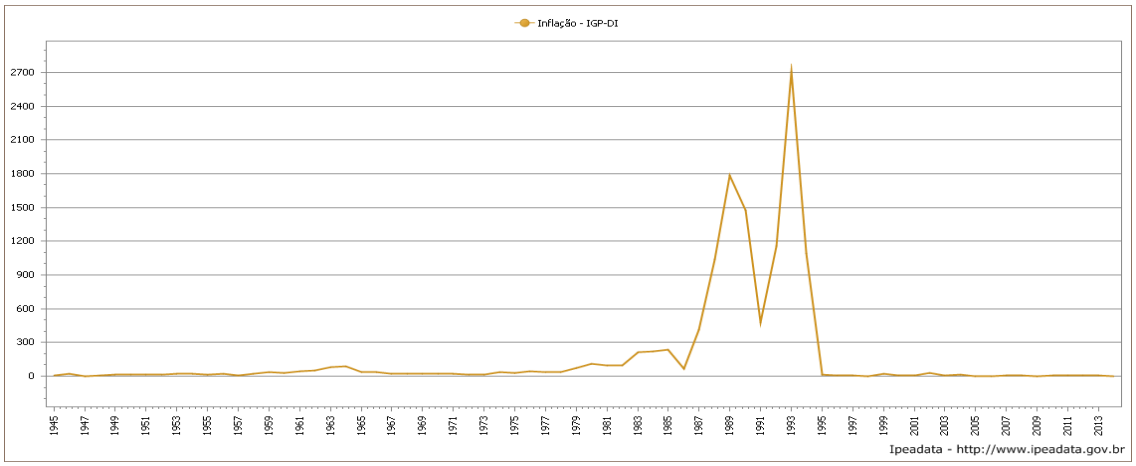
Essas ações promovidas pelo PAEG, especialmente no tocante ao Ministério da Fazenda, dada a criação dos novos impostos e, como dito, o maior rigor na cobrança de outros, ocasionou a elevação na carga tributária, esta, por sua vez, gerou um reajuste dos preços de mercadorias e serviços. De acordo com Rubens Penha Cysne (1993, p. 191):

> ... há de reconhecer-se o mérito do PAEG não apenas no combate bem-sucedido a inflação (...), mas também no desenvolvimento e aperfeiçoamento de instituições que contribuíram para o surto de desenvolvimento posterior.

A reação inflacionária foi controlada, e de acordo com os dados também observados pela analise do Gráfico 1 e Tabela 1 do IPEA–DATA foi reduzida de 92% aproximadamente em 1964 para 25,49% (conforme o IGP-DI) ao final

do ano de 1968, todavia não foi contida nem mesmo pelo corte dos gastos do governo e pelo controle do crédito.

Gráfico 1 – Evolução Inflacionaria no Brasil de 1945 a 2013



Fonte: IPEADATA – IGP-DI

Tabela 1 – % da Inflação de 1958 a 1973

Data	Inflação – IGP-DI
1958	24,39
1959	39,43
1960	30,47
1961	47,78
1962	51,60
1963	79,92
1964	92,12
1965	34,24
1966	39,12
1967	25,01
1968	25,49
1969	19,31
1970	19,26
1971	19,47
1972	15,72
1973	15,54

Fonte: IPEADATA – IGP-DI

Os Resultados do PAEG:

Segundo Cysne, 1993, p. 191, o PAEG promoveu uma considerável redução inflacionária, indo de aproximadamente 90% em 1964 para 25´%, em 1967, ora por meio de correções monetárias, ora também pela implementação de um melhor sistema fiscal. Houve equilíbrio financeiro e maior controle no financiamento do governo com incentivos às exportações, o que gerou uma reversão da balança comercial do país. O desenvolvimento do mercado de capitais também pode ser considerado como um dos expressivos resultados do PAEG, uma vez que aumentou as possibilidades de crédito aos consumidores.

Não se pode entender o PAEG apenas como algo benéfico para a saúde econômica do país, a grande crítica ao plano permeia o fato de que a correção monetária cria ou potencializa a inflação. “Dentre as inúmeras críticas que lhe foram dirigidas, destaca-se a realimentação inflacionária (no caso da correção monetária)” (Cysne, 1993, p. 203).

Apenas para que se obtenha melhor compreensão dos fatos, o mecanismo chamado “correção monetária” trata-se da indexação dos títulos públicos (e por consequência outros contratos) a um índice de preços, o que, por meio destes, reajustava os valores “automaticamente” aos reajustes de preços. Essa indexação, com o decorrer tempo, fez com que se recuperasse o poder do Estado no que tange ao sistema financeiro.

Temos então, ao final do período, a seguinte fotografia econômica: as taxas de inflação (consideravelmente reduzidas, mas ainda fora dos padrões considerados como “ideal”, posteriormente veremos que esta inflação não estava sob influência da demanda) ainda existindo juntamente à crescente elevação dos preços e uma proeminente estagnação. Este fato aliado aos cortes realizados pelo governo levou-se a concluir que os processos inflacionários brasileiros do período pouco respondiam aos ajustes governamentais na demanda.

Dado a crise eminente, foi inevitável a paralisação de grande parte do parque industrial, herdado do governo JK, do país, ou seja, a grande capacidade de produção ficou inerte, “à espera de um milagre”.

Capitulo 2 - O Milagre Econômico

É importante, de maneira introdutória ao período de 1968 a 1973 e para facilitar a construção e relato do assunto colocar dois principais olhares, de um lado o panorama nacional e seus acontecimentos e de outro, no âmbito internacional, todos os fatos que, mesmo de maneira indireta, influenciaram o grande crescimento econômico do Brasil durante o período.

Nos anos do período a economia foi conduzida por meio de políticas heterodoxas, ao comando do então Ministro da Fazenda Antônio Delfim Netto. No Brasil, concomitantemente aos acontecimentos econômicos tem-se um dos mais marcantes anos politicamente a este país. Ano de acirramento do regime militar com a imposição do Ato Institucional número cinco, o AI-5. Ficou a partir da assinatura deste ato, extintos em determinados casos o direito ao voto, cerceamento da liberdade dos cidadãos, proibição da liberdade de imprensa dentre inúmeros outros.

Por outro lado, o governo se cercava da falsa sensação de segurança que muitos sentiam dada da propaganda de um estado nacional que se fazia valer a velha frase positivista flamular de “Ordem e Progresso”. Mostrava-se, ou permitia-se somente mostrar, os pontos positivos e de forte atuação do Estado, organizações e as pessoas que iam de encontro a estes eram, das mais inusitadas, e por que não dizer, piores maneiras, neutralizadas.

Igualmente dito outrora, não será parte principal desde trabalho as políticas ou governos, mas sim a economia do período, muito embora não haja como se desvincular por completo ambos, partiremos para os relatos da economia a seguir, porém, é valido ressaltar que, tanto o período chamado de Milagre Econômico quanto do historicamente conhecido como Anos de Chumbo do regime militar são contemporâneos (de 1968 a 1974, o último).

No âmbito internacional, a América Latina de maneira geral vivenciava uma onda de ditaduras de extrema direita, apoiada de certa maneira pelo governo norte americano. Além deste, os anos entre o final da década de 1960 e o inicio dos anos de 1970 foram marcados pela Guerra do Vietnã e os intensos movimentos de repúdio a ela.

O final do período é marcado ainda internacionalmente pela primeira grande Crise do Petróleo que fez com que o mercado mundial do produto entrasse em colapso, em choque.

O milagre

Tínhamos em meados dos anos de 1960 um país com um grande parque industrial, seja de bens de produção, seja de bens duráveis ou de bens de consumo, porém este com a capacidade produtiva ociosa.

O PAEG, apesar de reduzir de maneira considerável a inflação não a controlou de maneira efetiva, uma vez que, segundo Delfin Netto, 1967 in "*A política econômica da ditadura militar no limiar do "milagre" brasileiro: 1967/69"*

> Primeiramente, por que estamos ainda diante de um processo inflacionário bastante intenso, apesar do Governo ter colocado em prática uma política econômica caracterizada por um rígido controle de demanda? Em segundo lugar, quais as causas das reduções periódicas do nível de atividade que tem caracterizado a nossa economia nos últimos anos? Finalmente, de que forma será possível compatibilizar o objetivo de manutenção de taxas de inflação dentro de limites razoáveis com o de plena utilização dos fatores e retomada do desenvolvimento?

Para que possamos prosseguir com as discussões, análises ou meramente com a narração dos fatos é importante esclarecer e explicar resumidamente o conceito básico de inflação.

O processo inflacionário é caracterizado por um contínuo aumento de preços durante um determinado período e que não se restringe apenas em um ou mais itens, para que de fato haja um processo de inflação é estritamente necessário que este aumento abranja todos os itens da cesta dos consumidores. Para Pinho, Vasconcelos *et al* (2007, p. 336):

> ... os movimentos inflacionários representam elevações em todos os bens produzidos pela economia e não meramente o aumento de um determinado preço. Outro aspecto fundamentos refere-se ao dato de que o fenômeno inflacionário exige a elevação contínua dos preços durante um período de tempo e não meramente uma elevação esporádica dos preços.

O PAEG entendia que a inflação do período era causada por uma inflação da própria demanda, conforme o diagnóstico pontuado pelo programa ao final dos seus três anos de implantação, para tanto, chegou a aumentar a oferta de

moeda no mercado (Macarini, 2000) a fim de diminuir a inflação, fato este que gerou as indagações inferidas por Delfim em 1967.

Ao contrário do que realmente acontecia e era percebida por Delfim Netto, a inflação brasileira não vista como um complexo fenômeno de múltiplas causas (Macarini, 2000, p. 4).

> Uma análise mais cuidadosa mostra que a inflação brasileira recente não pode ser explicada em termos de esquemas puros de inflações de demanda ou de custos, mas que estas duas formas de tensões se alternam no tempo, sendo possível localizar- se fases em que predominaram os estímulos da demanda ou o crescimento dos custos. Na verdade, a inflação de custos estava latente na economia, porém oculta pelo crescimento da demanda, e somente emergiu quando foi feito o controle da demanda" (Delfim Netto, 1967: 3, in *A política econômica da ditadura militar no limiar do "milagre" brasileiro: 1967/69*).

Não por acaso, começa-se aqui as citações do então professor Sr. Delfin Netto. Economista, formado pela Universidade de São Paulo, que é para o Milagre Econômico tanto quanto fora Juscelino para o Plano de Metas.

Nomeado para ministro da Fazenda em 1967, e a partir de todos os seus entendimentos de macroeconomia, pode colocar em prática muitas de sua ideia para a economia do Brasil.

Após Delfim assumir o Ministério da Fazenda, pode realizar o manejamento da política fiscal, tendo como objetivo a reativação econômica (Macarini, 2000, p 8), mais precisamente em 1968 o Brasil começa a obter novos números de crescimento, nunca antes observados pelo país.

Tabela 2: Brasil: Indicadores Macroeconômicos Selecionados de 1968 a 1973

Indicadores Selecionados	1968	1969	1970	1971	1972	1973
Taxa de crescimento do PIB (%)	9,8	9,5	10,4	11,3	11,9	14,0
Inflação (IGP,%)	25,5	19,3	19,3	19,5	15,7	15,6
Taxa de Crescimento das Exportações em US$ (%)	13,7	22,9	18,5	6,0	37,4	55,3
Taxa de Crescimento das Importações em US$ (%)	28,7	7,4	25,8	29,5	30,3	46,3
Saldo da Balança Comercial (em US$ milhões)	26	318	232	-344	-241	7
Saldo da Conta Corrente (em US$ milhões)	-582	-364	-839	-1630	-1688	-2085
Dívida Externa Liquida/Exportação de Bens	2,0	1,7	1,8	2,3	1,8	1,4
Saldo do Balanço de Pagamentos (em US$ milhões)	97	531	534	537	2538	2380

Fonte: Apêndice Estatístico em Giambiagi at. alii (2005), in Revista Brasileira de Economia Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (19681973): uma análise empírica

Pela análise da Tabela 2 podemos observar que o país passou a ter uma constante cresce no percentual do PIB a partir de 1968, em média o crescimento anual superou a casa dos 11 pontos percentuais, o que quase

triplicou a marca atingida no triênio 1964-1967 de aproximadamente quatro por cento ao ano. (Veloso, Vilella e Giambiagi, 2008)

Ademais, também pela observância das Tabelas 1 e 2 nota-se uma inclinação decrescente quanto a inflação do período, enquanto em 1964 esteve acima de 90% após as intervenções propostas pelo então Ministro chegou em 25,5% no ano de 1968.

Não podemos deixar passar as informações que explicam os motivos do notório declínio inflacionário presente no período, a saber:

Desde o final da década de 1950 e o inicio da década de 1960, com a conclusão do Plano de Metas a crescente inflacionária havia se mantido.

O principal objetivo da administração do período era tornar o crescimento industrial estável erradicando o efeito *stop and go* (efeito causado por crescimento lento e curto e seguido de um longo processo de estagnação), juntamente a esta política, "não é de se estranhar que os salários reais tenham caído no período" (Cysne, 1993, p. 201). Esses fatos aliado também a "expansão real da oferta de moeda" (Macarini, 2000, p. 8) fizeram, de certa maneira a inflação reduzir-se. Obviamente não podemos esquecer que esta redução, ora também fora fruto do comportamento dos produtos agrícolas (grande oferta do período, dada a conjuntura climática do período) e a introdução das primeiras medidas de incentivo a exportação (Macarine, 2000).

Em 1968, a inflação permaneceu praticamente inalterada e as políticas de oferta de crédito, desta vez encabeçada pelo Banco do Brasil, atingiram patamares elevadíssimos. Este último não só, juntamente a outros fatores, ajudou a regular a inflação bem como proporcionou, de certo modo, um aquecimento do mercado, principalmente, como dito antes, na agricultura.

Ainda sobre a inflação do período podemos dizer que apesar de não ter sido extinta pelos programas ela declinou, entretanto esta curva descendente muito se explica pelo processo viral causado pela própria inflação. "De 1964 a 1973, como podemos notar na tabela 2, a inflação não foi debelada, mas perdeu virulência" (Pinho e Vasconcelos, 2007, p. 347).

Podemos observar no texto de José Pedro Macarini, 2000, p. 8, que também discorre sobre os processos inflacionários no período do Milagre:

> Mas em 1968 o patamar inflacionário permaneceria inalterado (chegando a aumentar um pouco no caso do IPA), sem que a política monetária sofresse qualquer correção. O crescimento do crédito

> bancário ao setor privado, com o Banco do Brasil à frente, foi nada menos que extraordinário, beirando os 30% a.a. em valor real. Tenha-se em conta, no caso do Banco do Brasil, o seu papel de suporte à agricultura – o que, aliado a condições climáticas favoráveis (em 1967), propiciou uma expansão do setor reduzindo as pressões de custo aí originadas (as quais foram particularmente fortes no último ano do PAEG).

Diferentemente das politicas praticadas pelo PAEG, que entendiam os movimentos inflacionários nacionais como mera reação da demanda, ou ainda como um contínuo aumento de preços causado, sobretudo pelo descompasso entre preços e salários e que, de certo modo chamamos de ortodoxas; podemos classificar essas ações, no paragrafo anterior, descritas como sendo de movimentos tipicamente heterodoxos, pois assim como visto, oferta, demanda e inflação, foram tomados e compreendidos em toda a complexidade, em uma verdadeira simbiose, para o momento econômico do país.

Conforme Pinho e Vasconcelos, 2007, p. 347, em um primeiro momento as políticas econômicas implementadas pelo governo militar “podem ser classificadas como tratamento de choque – (política monetária, fiscal e salarial regida para combater a inflação)”. Isso criou a oportunidade esperada para os tecnocratas do período para que expusessem e aplicassem suas teorias econômicas (Macarini, 2000, p. 2). Estes dois pontos definem de maneira clara a ortodoxia do primeiro período.

Após 1967 e até 1973, caracterizou-se um período “batizado como uma política gradualista” (Pinho e Vasconcelos, 2007, p. 347), indicando uma política econômica heterodoxa. Esta última já diretamente ligada a Delfim Netto.

Voltando a análise da tabela 2 e o numérico crescimento observado quanto as taxas do PIB, podemos dizer que de algum modo, mesmo que indiretamente, como dito antes, o panorama internacional contribuiu para as mudanças, dado as concessões abundantes de baratas de crédito.

Mesmo antes do Milagre, já havia incentivos às exportações, esses foram mantidos durante o período, não apenas pelos fatores externos, mas também pelo grande aquecimento do mercado global. Este último, não só quanto ao consumo de produtos (em especial o agrícola, mas agora com grande e expressiva participação dos produtos industrializados), mas também quanto às

transações de crédito e mercado financeiro. Os pontos externos que mais se sobressaíram aos demais são: “termos de troca favoráveis, forte expansão do volume de comércio internacional, baixas taxas de juros e farta disponibilidade de crédito no mercado externo.” (Veloso, Vilella e Giambiagi, 2008).

Se de um lado as importações estão à todo vapor, a entrada direta de capitais no pais por meio de investimentos não deixava por menos, segundo Veloso, Vilella e Giambiagi, 2008:

> ... fluxo de investimento externo direto (IED) para o Brasil dobrou de patamar no início dos anos 70, tendo ultrapassado US$ 1,1 bilhão em 1973. Juntos, o crescente endividamento externo e os fluxos de IED garantiram a dimensão externa do "milagre", sob a forma de um balanço de pagamentos superavitário em meio a taxas de crescimento econômico de dois dígitos.

Essa grande movimentação de capitais no mundo, aliada aos fluxos de mercadoria, fizeram com que os valores das commodities também se elevassem com isso as exportações nacionais obtiveram ainda maiores faturamentos. (Veloso, Vilella e Giambiagi, 2008).

Podemos aqui pontuar então, que a conjuntura internacional também pode ser considerada com um dos fatores que contribuíram para o Milagre econômico nacional e que, além disso, contribuiu para a solidificação da economia no período.

É valido salientar que houve ainda dois outros importantes pontos para o acontecimento chamado Milagre Econômico, a redução do déficit orçamentário aliado ao fortalecimento da estrutura de capital das empresas nacionais e o maior controle das taxas de juros. (Macarini, 2000, p. 21).

Quanto ao déficit orçamentário foram tomadas algumas medidas de grande valia ao governo, para viabilizar e outorgar a essas, vários decretos foram baixados, dentre eles os: 63.946/68 que discorria sobre as folhas de pagamento do Estado, para que não mais inflassem e, progressivamente, fossem reduzidas. O decreto 64010/69 que além de fixar um teto para os gastos públicos também os reduziu em relação aos anos anteriores. Outra importante determinação federal veio por meio do Ato Complementar 40 de1968, este por sua vez, reduziu à metade os recursos destinados ao Fundo de Participação dos Estados e Munícipios (Macarini, 2000, p. 16)

Ainda sob a ótica da redução do déficit orçamentário, o mesmo Ato Complementar e após este o Decreto-Lei 401/68, reduziu significativamente as alíquotas dos impostos de Renda e de Produtos Industrializados, além de conceder isenção (por um determinado tempo) em alguns casos.

Em contrapartida aos estímulos fiscais colocados, outros decretos como o 403/68 e o 427/68 tornaram mais efetivas as cobranças além de expandirem as obrigatoriedades às faixas de ganhos dantes não inclusas para as cobranças, principalmente no que tange aos títulos e letras de crédito.

A logica utilizada para o lançamento das medidas supramencionadas era de que com a diminuição do déficit público tenderia também a inflação, reduzir-se. Além disso, as concessões fiscais feitas para as empresa corroboraram para gerar maior volume interno de capital, sendo assim, visionavam que, no futuro, a participação de crédito bancário junto ao capital das empresas seria menor em relação ao mercado de capitais (em franca ascensão).

Para Macarini, 2000, p. 21:

> Esse conjunto de medidas atuaria da seguinte forma. A expressiva redução do déficit orçamentário levaria a uma diminuição sensível da tensão inflacionária existente na economia. Essa, entretanto, seria tão somente uma condição necessária para o sucesso na redução da inflação, devendo ser complementada por uma execução da políti c a monetária que evitasse uma expansão irrefreada da oferta de moeda e do crédito ao setor privado como o observado em 1967/68. Daí a importância das várias concessões fiscais ao empresariado: estas, ao reforçarem a capacidade de geração interna de recursos, facilitariam a busca da disciplina monetária e, quem sabe, ensejando algum alívio nas taxas de juros. Numa perspectiva de longo prazo esses mesmos efeitos seriam assegurados através da desejada expansão do mercado de capitais, reduzindo o grau de dependência do crédito bancário.

Concomitantemente ao melhoramento orçamentário, o efetivo controle das taxas de juros, como dito, é um dos pontos que conduziu o Brasil a caminho do Milagre.

Apesar dos grandes esforços do governo para o controle e possível redução da inflação e das taxas de juro, os bancos privados não compactuavam dos mesmos objetivos, dessa maneira, “Delfim Netto acusaria publicamente os banqueiros de terem “se encastelado num mundo à parte...”” (Macarini, 2000, p.22).

A discordância de opiniões entre governo e banco privados fez com que no primeiro semestre de 1969 o Banco Central baixasse a Resolução 114. Dentre as medidas, destacavam-se a imposição de taxas e prazos máximos de juros e a estipulação de limites máximos para cobrança de tarifas por serviços pelos bancos.

Segundo o próprio Delfim Netto (*in* Macarini, 2000, p. 23)

> O Governo não tem nenhuma restrição a que bancos – ou quaisquer outras empresas – obtenham grandes lucros em seus balanços. Nossa restrição reside no fato de o setor bancário vir operando a custos crescentes. Então, quem não quiser absorver custos vai ter que engolir os lucros. A meu ver, existia um erro de perspectiva quanto à marcha dos preços este ano e ninguém parecia interessado em aprimorar as práticas operacionais, numa at itude típica de quem joga na inflação. Com a correção dessa perspectiva, os bancos vão poder operar a taxas mais baixas e o setor empresarial respirar.

Muito longe de se contrapor aos bancos, esse controle das taxas de juros deve ser analisado como um discreto porem efetivo favorecimento a concentração de bancária e financeira durante o período. O projeto econômico tinha intenções maiores que o mero ajuste fiscal e maior eficiência do sistema financeiro, o fortalecimento do capital bancário; mas que fora de grande importância para o processo de grande crescimento econômico identificado no período (Macarini, 2000, p. 24).

A "Magia" do Milagre, uma questão de boa-fé.

Partimos então de um Brasil industrializado, fruto de anos de trabalho e políticas que visavam acima de qualquer coisa o desenvolvimento e a própria industrialização do país, heranças que nos remetem aos anos de 1930.

O Milagre Econômico fora a conjuntura e alinhamento de políticas que fizeram não apenas a relativa redução da inflação do período, mas também aliaram esta ao controle das taxas de juros, em partes, praticada pelas instituições bancárias privadas.

Pode-se observar durante este ultimo capitulo que o crescimento anual do Brasil no período superou em larga escala os números obtidos até então. Este processo fora dado pelos ajustes fiscais feitos desde o primeiro período da ditadura com o PAEG, além de um amplo e inteligente processo de incentivos

as exportações e ao próprio mercado interno, dado a expansão da oferta de crédito.

Em suma, a “magia” do Milagre Econômico no Brasil est no aquecimento da economia nacional por conta do aumento da oferta de creédito aliado ao controle das taxas de juros praticadas pelos bancos juntamente o controle da inflação, além disso, temos como participantes não menos importantes o maior estimulo as exportações, principalmente quanto aos produtos agrícolas e alguns industrializados, bem com as correções do déficit orçamentário do governo.

Sob outro prisma, é de grande valia pontuar que, internacionalmente, tinha-se um excelente momento ao mercado, como podemos observar em Veloso, Vilella e Giambiagi, 2008.

> O ambiente internacional no período 19681973 foi particularmente benigno, tendo sido verificada uma conjunção favorável das seguintes variáveis externas: termos de trocas favoráveis, forte expansão do volume de comércio internacional, baixas taxas de juros e farta disponibilidade de crédito no mercado externo.

Capitulo 3 - Conclusões

De fato o que temos, entre os anos de 1968 e 1974, um inegável e grande crescimento econômico no país, segundo dados do IPEA, a inflação continuou em declínio chegando à casa dos 15,5 pontos percentuais ao ano em 1973 enquanto que a variação anual real do Produto Interno Bruto (PIB) foi de 13,97% ao ano no mesmo espaço de tempo, comparativamente, no ano anterior ao Golpe Militar, 1963, os mesmos indicadores mostravam números de 79,92% e 0,60% respectivamente.

O Milagre Econômico aconteceu então não apenas pela soma dos dois ou mais fatores anteriormente descritos, ou seja, o parque industrial iniciado durante a era Vargas e factualmente implantado pelo Plano de Metas do governo Juscelino e o PAEG implementado pelo governo militar, foram de crucial importância para as bases, mas também o conjunto de ações impostas e rigorosamente controladas seja diante da inflação ou das taxas de juros ou ainda dos estímulos ao consumo e principalmente para com exportações e as correções no déficit nas contas públicas fizeram alavancar o crescimento.

Resumidamente, o Milagre Econômico não aconteceu de maneira espontânea e inexplicada, como já se havia feito inferências no inicio deste trabalho, ele foi o resultado de políticas distintas, em tempos distintos, mas que juntas resultaram em um dos períodos de maior crescimento do Brasil, em outras palavras, a explicação para que ocorresse o Milagre Econômico brasileiro, talvez seja, a continuidade, em linhas gerais, de políticas voltadas a industrialização e ao crescimento do país, fazendo com que o consolidasse ainda como importante membro dos mercados mundiais

Ademais, ao final deste período o país estava (nas regiões em que o o processo ocorrera maciçamente) totalmente industrializado, com um mercado de bens, serviços e capitais em pleno funcionamento e estes por sua vez, por intermédio de suas dinâmicas, movimentavam a economia.

Por outro lado, como dito no inicio deste trabalho, crescimento e desenvolvimento não andaram ao mesmo ritmo, o inegável crescimento despontou o Brasil como nação aos olhares do mundo, mas internamente as diferenças sociais, seja por um ou por outro plano econômico, se acentuaram e o desenvolvimento de algumas regiões (principalmente a Sudeste) foi

incontáveis vezes superiores em detrimento às demais. Não foi apenas uma concentração regional do desenvolvimento no período fora também uma concentração de renda. Segundo o próprio Delfin Netto, em sua chamada “Teoria do Bolo”, seria necessário fazer o bolo crescer para então dividi-lo. Que podemos notar hoje é que, desde aqueles tempos, não houve a divisão e as desigualdades sociais crescem em um proporção ainda maior que o próprio “bolo”.

Por fim, temos um país que iniciou sua industrialização no início da década de 1930 diante de um processo que, de certa maneira, pode-se caracterizar com uma ruptura aos moldes da época e que fora concluída (relativamente dado que temos uma regionalização da industrialização), praticamente, ao final da década de 1950, mas que todo o aparato tecnológico começou efetivamente a funcionar apenas entre meados da década de 1960 e inicio dos anos de 1970 após profundas mudanças políticas.

Em outros aspectos não foi possível trazer para o país todos os tipos de indústria, sobrevivendo assim algumas importações para que estas demandas fossem supridas.

Ainda quando aos últimos pontos a desaceleração ao final do período fora uma fato, dado ainda como explicado anteriormente, reversão do ciclo econômico, mais tarde, novos programas do governo tentaram, como uma resposta a este movimente, reaquecer a economia, mas sem muitos sucessos.

O Milagre, como se pôde ver fora mais do que a mera soma das partes, dos acontecimentos, fora fruto do empenho de gerações para um propósito maior que, mesmo de maneira não coordenada, fizeram do período o de maior crescimento econômico e, consequentemente, digno não só das páginas históricas, mas também de muitos estudos, como estes que humildemente mostrou, ou tentou fazê-lo. Foi acima de tudo o ápice de um modelo de desenvolvimento que até os dias atuais não fora encontrado substituto e por tanto tenta-se repeti-lo, obviamente, não com os mesmos sucessos de antes.

Bibliografia

BATARRA, FERNANDO WATANABE. **PAEG e o Milagre Econômico Brasileiro**. Monografia de Conclusão de Curso, apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto/USP. Ribeirão Preto. 2010.

BASTOS, PEDRO PAULO ZAHLUTH. **A Construção do Nacional-Desenvolvimentismo de Getulio Vargas e a Dinâmica de Interação entre Estado e Mercado nos Setores de Base**. Revista EconomiA, Selecta, Brasília (DF), v.7, n.4, p.239–275, dezembro 2006.

CYSNE, RUBENS PENHA. **Economia Brasileira no Período Militar**. Est. Econ. São Paulo. 1993.

FGV – CPDOC. **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945 – Anos de Incerteza (1930 – 1937) – Golpe do Estado Novo**, disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo Acesso em setembro 2015.

FURTADO, CELSO. **Formação Econômica do Brasil**. Companhia Editora Nacional. 2005, 32ª Edição.

JUNIOR, CAIO PRADO. **Historia Econômica do Brasil**. Editora Brasiliense. 42ª Edição

MACARINI, JOSÉ PEDRO. **A Politica Econômica da Ditadura Militar no Limiar do "Milagre" Brasileiro: 1967/69**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP. Campinas, n. 99, set. 2000.

MARANHÃO, RICARDO. **O Governo Juscelino Kubitscheck.** Editora Brasiliense, 1981, São Paulo, SP. et al.

RABELO, RICARDO FONSECA. **Plano de Metas e Consolidação do Capitalismo Industrial no Brasil. E & G Economia e Gestão.** Belo Horizonte, v. 2 e 3, n. 4 e 5, p. 44-55, dez. 2002/jul. 2003.

SARMENTO, CARLOS EDUARDO. **O Brasil de JK - O custo do desenvolvimentismo** - disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Desenvolvimentismo Acesso em setembro 2015.

SILVA, SUELY BRAGA DA. **Governo Juscelino Kubitschek** - disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanodeMetas Acesso em setembro 2015.

SIMONSEN, M. H. & CAMPOS, R. O. (1974). ***A Nova Economia Brasileira***. José Olympio, Rio de Janeiro. In: FERNANDO A. VELOSO; ANDRÉ VILLELA; FABIO GIAMBIAGI - Revista Brasileira de Economia. **Determinante do "milagre" econômico brasileiro (19681973): uma análise empírica**. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003471402008000200006&script=sci_arttext Acesso em setembro 2015.

TAVARES, MARIA DA CONCEIÇÃO; BELLUZZO, LUIZ GONZAGA M. **Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil**. In: BELLUZZO, L.G.M.; COUTINHO, R. (orgs). **Desenvolvimento capitalista no Brasil**, vol. I, SP: Brasiliense, 1982.

VASCONCELLOS, MARCO ANTONIO SANDOVAL DE. **Economia Micro e Macro**, 4ª Edição. São Paulo. Editora Atlas, 2011

VASCONCELLOS, MARCO ANTONIO SANDOVAL DE, PINHO, DIVA BENEVIDES. **Manual de Economia: Equipe de Professores da USP**, 5ª Edição. São Paulo. Editora Saraiva, 2011.

VELOSO, FERNANDO A. VILLELA, ANDRÉ. GIAMBIAGI, FABIO. **Determinantes do "milagre" econômico brasileiro (19681973): uma análise empírica**. Revista Brasileira de Economia vol.62 no.2 Rio de Janeiro. Abril/Junho de 2008.

Bibliografia Complementar

CAMPOS, MARCIA APARECIDA FERREIRA. Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós Graduação em Economia: **A Política Econômica do Governo Kubitscheck (1956-1961): O Discurso em Ação**. Porto Alegre, 2007.

CAMPOS, FABIO ANTONIO DE. **Instrução 113 Da SUMOC E A Internacionalização Do Capitalismo Brasileiro**.

Cano, Wilson. **(Des) Industrialização e (Sub) Desenvolvimento**. Disponível em: http://centrocelsofurtado.org.br/congresso2014/arquivos/file/Artigo%20Wilson%20Cano.pdf Acesso em dezembro de 2015.

DRAIBE, SONIA. **Rumos e Metamorfoses: Estado e Industrialização no Brasil: 1930-1960**. Rio de Janeiro. Ed. Terra e Paz. Ensaios FEE, Porto Alegre, 1982.

FAUSTO, BORIS. **A revolução de 1930 (história e historiografia)**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

GOMES, ANGELA DE CASTRO (org.); FARO, CLOVIS DE et.al. – Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getulio Vargas / CPDOC, 1991.

MAGALHAES, GILDO. ENERGIA, **Industrialização E A Ideologia Do Progresso**. Projeto História, São Paulo, n.34, p. 27-47, jun. 2007.

MATTOS, CÉSAR. **Divida Externa Brasileira**. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/documentos-e-

pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema10/2006_3144.pdf Acesso em setembro 2015.

PERES, ANDREA BERTELLI. **A Constituição Do Estado Capitalista Tardio: Análise Da Interpretação Do Capitalismo Tardio Sobre A Constituição Do Estado Capitalista No Brasil**. Leituras de Economia Política, Campinas, (15): 63-96, jan./dez. 2009.

SILVA, ANDERSON CAPUTO. **Origem E História Da Dívida Pública No Brasil Até 1963. Dívida Pública: A Experiência Brasileira**. Disponível em http://www3.tesouro.gov.br/divida_publica/downloads/Parte%201_1.pdf Acesso em setembro 2015.

PEDRAS, GUILHERME BINATO VILLELA. **História Da Dívida Pública No Brasil: De 1964 Até Os Dias Atuais. Dívida Pública: A Experiência Brasileira**. Disponível em: http://www3.tesouro.gov.br/divida_publica/downloads/Parte%201_2.pdf Acesso em setembro 2015.

ROSSINI, GABRIEL ALMEIDA ANTUNES. **Convênio De Taubaté**. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONV%C3%8ANIO%20DE%20TAUBAT%C3%89.pdf Acesso em dezembro 2015.

Sites

Banco Central do Brasil. A Divida Externa Nacional: http://www.bcb.gov.br/?DIVIDAEXTREV